

8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
EDITORA NEGOCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA
CNPJ 06.132.270/0001-32
NIRE 412.097.262-90

Por este instrumento particular,

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, nascido em 14/07/1966, natural de Santa Maria/RS, empresário, residente e domiciliado em Curitiba/PR, à Rua Deputado Heitor Alencar Furtado 3315, Apartamento 20, Campo Comprido, CEP 81.200-528, com RG nº 4.086.763-5 SSP/PR, CNH nº 00383105436 DETRAN/PR e inscrito no CPF sob nº 574.460.249-68; e **RUIVAR BARBOZA DOS REIS**, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, empresário, portador da Cédula de identidade Civil RG sob no 4.418.244-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 815.706.009-53, residente e domiciliado na Alameda Julia da Costa, nº 1417, apto 501, Bigorriho, CEP: 80.730-070, Curitiba- PR, sócios componentes da sociedade empresária limitada; **EDITORA NEGOCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA**, inscrita no **CNPJ 06.132.270/0001-32** e estabelecida na Rua Izabel a Redentora, 2356 - Edif. Loewen, Sala 118, Bairro Centro, CEP 83.005-010, São José dos Pinhais/PR, resolve **ALTERAR** o seu ato constitutivo, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA. Altera-se a razão social de: **EDITORA NEGOCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA**, para: **SOLLICITA NEGOCIOS PUBLICOS LTDA**.

CLÁSULA SEGUNDA. Altera-se o enquadramento da empresa: É desenquadrada da condição de **MICROEMPRESA** e é enquadrada no porte **DEMAIS**.

CLÁUSULA TERCEIRA. O Sócio **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS** vende e transfere 2.994 (duas mil e novecentas e noventa e quatro) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando a importância de R\$ 2.994,00 (dois mil e novecentos e noventa e quatro reais), neste ato em moeda corrente do país, dando plena e rasa quitação destas quotas para **ALINE DE OLIVEIRA ELIAS**, brasileira, casada em comunhão universal de bens, nascida em 22/11/1989, natural de Curitiba/PR, consultora, residente e domiciliada em Curitiba/PR, à Rua Miguel Suchevecz, 166 - casa 2, Barreirinha, CEP 82.710-010, com RG nº 10.297.708-4 SESP/PR e inscrita no CPF nº 064.668.529-54.

CLÁUSULA QUARTA. O Sócio **RUIVAR BARBOZA DOS REIS** vende e transfere 1.996 (hum mil e novecentas e noventa e seis) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando a importância de R\$ 1.996,00 (hum mil e novecentos e noventa e seis reais), neste ato em moeda corrente do país, dando plena e rasa quitação destas quotas para **ALINE DE OLIVEIRA ELIAS**, brasileira, casada em comunhão universal de bens, nascida em 22/11/1989, natural de Curitiba/PR, consultora, residente e domiciliada em Curitiba/PR, à Rua Miguel Suchevecz, 166 - casa 2, Barreirinha, CEP 82710-010, com RG nº 10.297.708-4 SESP/PR e inscrita no CPF nº 064.668.529-54.

CLÁUSULA QUINTA. O Sócio **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, retira-se da sociedade, vende e transfere 56.886 (cinquenta e seis mil e oitocentas e oitenta e seis) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando a importância de R\$ 56.886,00 (cinquenta e seis mil e oitocentas e oitenta e seis reais), neste ato em moeda corrente do país, dando plena e rasa quitação destas quotas para a empresa **RK PORT INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF no 47.990.477/0001-25, situada na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, na Rua Doutor Brasília Vicente de Castro, no 111, sala 901, andar 09, condomínio Eurobusiness CD CMRL, Bairro Campo Comprido, CEP 81.200-526 registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41211023179, representado por seu administrador, Rudimar Barbosa dos Reis, brasileiro, natural de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido no dia 14/07/1966, empresário, portador do CPF/MF sob o no 574.460.249-68, a Carteira Nacional de Habilitação sob o no 00383105436 DETRAN/PR, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, na Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, no 3315, apartamento 20, Bairro Campo Comprido, CEP 81.200-528.

CLÁUSULA SEXTA. O Sócio **RUIVAR BARBOZA DOS REIS**, retira-se da sociedade, vende e transfere 37.924 (trinta e sete mil e novecentos e vinte e quatro) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando a importância de R\$ 37.924,00 (trinta e sete mil e novecentos e vinte e quatro reais), neste ato em moeda corrente do país, dando plena e rasa quitação destas quotas para a empresa **REIS 4 ALL BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF no 50.884.198/0001-91, situada na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, na Rua Doutor Brasílio Vicente de Castro 111- Sala 901 Andar 09 Cond. Eurobusiness CD CMRL - Bairro Campo Comprido - CEP 81.200- 526. registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41211634020, representado por seu administrador Ruivar Barboza dos Reis, brasileiro, natural de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido no dia 17/01/1970, empresário, portador do CPF/MF sob o no 815.706.009-53, a Carteira Nacional de Habilitação sob o no 02787824070 DETRAN/PR, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, na Rua Julia da Costa, no 1417, apartamento 501, Bairro Bigorrião, CEP 80.730-070.

CLÁUSULA SÉTIMA. Altera-se a qualificação do administrador: A administração da Sociedade caberá ao **não** sócio **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**.

CLÁUSULA OITAVA. Resolvem por este instrumento de trabalho, os sócios, consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e suas alterações.

CLÁUSULA NONA. Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
SOLLICITA NEGOCIOS PUBLICOS LTDA
CNPJ 06.132.270/0001-32
NIRE 412.097.262-90

RK PORT INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF no 47.990.477/0001-25, situada na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, na Rua Doutor Brásilio Vicente de Castro, no 111, sala 901, andar 09, condomínio Eurobusiness CD CMRL, Bairro Campo Comprido, CEP 81.200-526 registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41211023179, representado por seu administrador, Rudimar Barbosa dos Reis, brasileiro, natural de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido no dia 14/07/1966, empresário, portador do CPF/MF sob o no 574.460.249-68, a Carteira Nacional de Habilitação sob o no 00383105436 DETRAN/PR, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, na Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, no 3315, apartamento 20, Bairro Campo Comprido, CEP 81.200-528 brasileiro, casado em comunhão universal de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 4.086.763-5 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 574.460.249-68, residente e domiciliado na Rua Deputado Heitor Alencar Furtado 3315, Apartamento 20, Campo Comprido, CEP 81.200-528, Curitiba-PR; **REIS 4 ALL BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF no 50.884.198/0001-91, situada na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, na Rua Doutor Brásilio Vicente de Castro 111- Sala 901 Andar 09 Cond. Eurobusiness CD CMRL - Bairro Campo Comprido - CEP 81.200- 526. registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41211634020, representado por seu administrador Ruimar Barboza dos Reis, brasileiro, natural de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, casado sob o regime de comunhão universal de bens, nascido no dia 17/01/1970, empresário, portador do CPF/MF sob o no 815.706.009-53, a Carteira Nacional de Habilitação sob o no 02787824070 DETRAN/PR, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, na Rua Julia da Costa, no 1417, apartamento 501, Bairro Bigorriho, CEP 80.730-070; e **ALINE DE OLIVEIRA ELIAS**, brasileira, casada em comunhão universal de bens, nascida em 22/11/1989, natural de Curitiba/PR, consultora, residente e domiciliada em Curitiba/PR, à Rua Miguel Suchevicz, 166 - casa 2, Barreirinha, CEP 82710-010, com RG nº 10.297.708-4 SESP/PR e inscrita no CPF nº 064.668.529-54, sócios componentes da sociedade empresária limitada; **SOLLICITA NEGOCIOS PUBLICOS LTDA**, inscrita no CNPJ 06.132.270/0001-32 e estabelecida na Rua Izabel a Redentora, 2356 - Edif. Loewen, Sala 118, Bairro Centro, CEP 83005-010, São José dos Pinhais/PR, resolve **CONSOLIDAR** o seu ato constitutivo, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade girará sob o nome empresarial **SOLLICITA NEGOCIOS PUBLICOS LTDA**, estabelecida na Rua Izabel a Redentora, 2356 – Edif. Loewen, Sala 117, Bairro Centro, CEP 83005-010, São José dos Pinhais/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto a pesquisa e estudos mercadológicos, edição, publicação de livros, revistas e boletins, promoção e realização de cursos, palestras, seminários e congressos, nas áreas da administração pública, comércio varejista de jornais e revistas, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e assessoria em software, programas de informática.

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade iniciou suas atividades em 02 de fevereiro de 2004 e seu prazo de duração é indeterminado.

Parágrafo único. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade enquadra-se na condição do porte **DEMAIS**.

CLÁUSULA QUINTA. O acervo é de R\$ 99.800,00 (Noventa e nove mil e oitocentos reais) dividido em 99.800 (Noventa e nove mil e oitocentas) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, subscritas e já integralizadas, em moeda corrente do País:

Sócios Quotistas	%	Quotas	Valor em reais
RK PORT INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	57	56.886	56.886,00
REIS 4 ALL BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	38	37.924	37.924,00
ALINE DE OLIVEIRA ELIAS	5	4.990	4.990,00
TOTAL	100	99.800	99.800,00

CLÁUSULA SEXTA. A administração da Sociedade caberá ao não sócio **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, individualmente, com os poderes e atribuições de gerir e administrar os negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicial, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial.

CLÁUSULA SÉTIMA. Ficam os administradores vedados a usar a denominação social em negócios estranhos aos interesses ou objetivos sociais, ou assumir obrigações seja em

favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios.

Parágrafo primeiro. No exercício da administração, ficam os administradores investidos dos mais amplos e gerais poderes de gestão próprios do cargo, a fim de garantir pleno funcionamento dos negócios sociais e a realização do objetivo da Sociedade.

Parágrafo segundo. Nos limites de suas atribuições e poderes, é ilícito aos administradores **por assinatura individual**, constituir procuradores, em nome da sociedade, especificando no instrumento os atos e operações que poderão praticar e o prazo de duração do mandato que deverá coincidir com o ano-calendário, **exceto** o mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo terceiro. Cessará a responsabilidade dos administradores, pelos atos praticados durante o período de sua gestão, com a aprovação das contas do exercício social a que se referirem.

CLÁSULA OITAVA. Os atos de quaisquer sócios, administradores, empregados ou procuradores da sociedade, referentes a obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros são expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à sociedade.

CLÁSULA NONA. Os sócios que prestarem serviços à sociedade poderão efetuar retiradas mensais a título de **pró-labore**, que serão levadas à conta de resultado e cujos níveis serão fixados de comum acordo, anualmente, por consenso unânime na reunião de sócios.

CLÁSULA DÉCIMA. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, sem o prévio consentimento dos demais sócios, ficando assegurada a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições e na proporção das quotas que possuírem, observado o quanto segue:

I – Os sócios deverão ser comunicados, por escrito, para se manifestarem a respeito da preferência no prazo de 30 (trinta) dias;

II – Findo o prazo para o exercício da preferência, sem que os sócios se manifestem ou, havendo sobras, poderão as quotas ser cedidas ou alienadas a terceiro.

III – A notificação deverá conter a quantidade de quotas e o preço por elas exigido.

Parágrafo único. As quotas são livremente transferíveis entre os sócios com consentimento prévio.

CLÁSULA DÉCIMA PRIMERA. Na hipótese de todos os sócios manifestarem o direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que possuírem. Se apenas parte dos sócios exercerem esse direito, os demais poderão, no prazo adicional de dez dias, adquirir, mediante rateio, as quotas disponíveis.

CLÁSULA DÉCIMA SEGUNDA. A Sociedade somente poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial de quotas, se os sócios não exercerem, no prazo de 24 horas, preferencialmente aos terceiros, estranhos à Sociedade, observando que esta aquisição se faça com prejuízo do capital social ou das reservas de capital. Devendo utilizar os recursos de reservas de lucros. Estas quotas permanecerão em tesouraria pelo prazo máximo de 180 dias e se não forem alienadas neste prazo, a Sociedade deverá promover a redução do capital social no montante equivalente ao valor nominal das quotas, revertendo o seu valor para a conta de lucros que originalmente disponibilizou os recursos para as quotas em tesouraria.

Parágrafo único. Esta opção condicionada à existência de disponibilidades suficiente para satisfazer o direito do sócio que se desliga, sem afetar a integridade do capital social e reservas.

CLÁSULA DÉCIMA TERCEIRA. Anualmente em 31 de dezembro será levantado um balanço geral do ativo e passivo da Sociedade e os resultados apurados, lucros e prejuízos, serão distribuídos aos sócios proporcionalmente, em conformidade com as disposições legais pertinentes e nos termos do artigo 1.065 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo primeiro. A Sociedade poderá, por deliberação da maioria simples do capital social, levantar balanços intermediários para qualquer fim, inclusive distribuição de lucros existentes em qualquer época do ano.

Parágrafo segundo. Os sócios, por maioria simples do capital social, poderão decidir pela retenção dos lucros, se a sua distribuição afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA. Os sócios serão obrigados a reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo de capital.

CLÁSULA DÉCIMA QUINTA. Todas as deliberações sociais serão definidas em reunião de sócios, no entanto, para as matérias abaixo arroladas, dependerão de quórum qualificado para aprovação pelos sócios quotistas:

1. As deliberações para os seguintes assuntos requererão a maioria simples do capital social, ou seja, um quórum de cinquenta por cento mais um do capital social:

- a) A designação dos administradores em ato separado, sócio ou não;
- b) A destituição dos administradores;
- c) O modo e o valor da remuneração dos administradores;
- d) Pedido de Concordata ou Falência;
- e) Exclusão de sócio nos termos do art. 1.085 do Código Civil.

2. As deliberações para os seguintes assuntos requererão quórum de 75% (setenta e cinco por cento):

- a) A modificação do contrato social;
- b) A transformação da Sociedade, ou a fusão, cisão ou incorporação;
- c) Resolução, dissolução e cessação do estado de liquidação;
- d) Aumento ou redução de capital com bens ou moeda corrente.

3. Requererão quórum de 2/3 (dois terços) das deliberações sobre os seguintes assuntos:

- a) A aprovação das contas da Administração;
- b) Destituição de sócio nomeado administrador;
- c) Designação de pessoa não sócia na Sociedade no caso de capital inteiramente integralizado;
- d) A participação nos lucros dos administradores e dos empregados;
- e) O ingresso na Sociedade dos herdeiros do sócio falecido, por requerimento do Inventariante, em substituição ao pagamento dos haveres do “de cujus”;
- f) A nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas;
- g) Investimento em outras empresas, coligadas ou controladas;
- h) Aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo imobilizado e intangível.

4. Requererão quórum de 100% (cem por cento) das deliberações sobre os seguintes assuntos:

- a) Designação de pessoa não sócia na Sociedade, enquanto o capital não estiver totalmente integralizado;
- b) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis ou constituição de ônus reais e a prestação de garantias de quaisquer naturezas a obrigação de terceiros.

Parágrafo primeiro. A reunião dos sócios será realizada a qualquer época, mediante convocação dos administradores ou sócios, indicando a matéria a ser deliberada. Dessas

reuniões deverão ser elaboradas as correspondentes atas, as quais serão lavradas no Livro de Atas da Administração.

Parágrafo segundo. Dispensam-se as formalidades descritas no parágrafo anterior quanto todos os sócios comparecerem ou decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto da reunião.

Parágrafo terceiro. Dispensam-se as formalidades de convocação, previstas no §3º do art. 1.152 do Código Civil de 2.002, quando sócios representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital votante comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo quarto. As deliberações da reunião vincularão todos os sócios ainda que ausentes ou dissidentes e, exceto aquelas previstas em Lei, serão tomadas por maioria absoluta, não sendo considerados os votos em branco.

CLÁSULA DÉCIMA SEXTA. As demais deliberações não citadas aqui podem ser decididas por maioria absoluta de votos, com base na quantidade de quotas de cada sócio.

CLÁSULA DÉCIMA SÉTIMA. Qualquer sócio pode retirar-se da Sociedade, mediante notificação aos demais, a qualquer tempo, por vontade própria, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, pela falta de afeição social, conforme **art. 1.029, da Lei 10.406/02**, e por outras razões de foro íntimo, recebendo seu capital, lucro e haveres, segundo dados em balanço patrimonial especial levantado no mês do evento, pagáveis na forma do disposto neste contrato.

CLÁSULA DÉCIMA OITAVA. O sócio que, por divergir de alteração contratual deliberada pela maioria, desejar retirar-se da Sociedade, deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência do prazo mínimo de 30 (trinta) dias, a contar da deliberação que discordou. Findo o prazo da notificação o silêncio será tido como desinteresse.

Parágrafo primeiro. Se os demais sócios adquirirem as quotas do sócio retirante, os haveres deste serão pagos, após o levantamento do balanço patrimonial especial levantado no mês do evento, pagáveis na forma do disposto neste contrato.

Parágrafo segundo. As quotas são livremente transferíveis entre os sócios, com consentimento prévio.

CLÁSULA DÉCIMA NONA. A Sociedade entrará em liquidação, caso ocorra qualquer das hipóteses previstas em Lei, ou por decisão de maioria simples do capital social.

Parágrafo primeiro. Em caso de liquidação ou dissolução da Sociedade, o liquidante será indicado por quotistas representando a maioria do Capital Social, hipótese em que os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação das obrigações da mesma e o remanescente, se houver, serão divididos entre os quotistas na proporção do número de quotas que cada um possuir.

Parágrafo segundo. O falecimento, exclusão por qualquer motivo ou interdição de qualquer sócio **não dissolve** a Sociedade. Sendo impossível ou inexistindo interesse dos herdeiros ou dos sócios remanescentes na continuação da Sociedade, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da mesma, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo terceiro. Terminada a apuração dos haveres, estes serão pagos ao sócio retirante ou aos herdeiros do sócio falecido, sucessores ou representantes legais, em 24 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 12% ao ano. Os herdeiros do sócio falecido não serão admitidos à Sociedade, salvo decisão unânime em contrário dos sócios supérstites.

Parágrafo quarto. No relacionamento com a Sociedade, no caso de morte de sócio, os herdeiros serão representados pelo inventariante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA. Ocorrendo a dissolução, liquidação, extinção, falência, concordata ou insolvência de sócia pessoa física, os seus sucessores poderão substituí-lo na Sociedade, desde que comuniquem à Sociedade a sua intenção de nela continuar, por escrito, contra recibo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do evento, ficando assim sub-rogados de pleno direito em todos os seus direitos e deveres.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. Será excluída da Sociedade de pleno direito, a Sociedade empresária que for deflagrada falida, ou ainda qualquer sócio por incapacidade superveniente à assinatura do presente instrumento, observado o art. 1030 da Lei nº 10.406/2.002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. Poderá ser excluído da Sociedade por justa causa o sócio que coloque em risco a continuidade da Sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, pelos sócios que representam mais da metade do capital social nos termos do art. 1.085 do Código Civil. Os haveres dos sócios excluídos serão liquidados com base em um balanço especial na data da deliberação.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto nesta cláusula, considera-se justa causa para exclusão de sócio (I) abertura de processo concursal, falência, a concordata ou sob qualquer forma caracterizada de insolvência, (II) violação de cláusula contratual, (III)

concorrência desleal, (IV) uso indevido da denominação social, (V) não integralização da própria participação no capital social, (VI) a declaração de incapacidade, (VII) geração de grave desinteligência entre os sócios, (VIII) prática de outros atos de inegável gravidade, (IX) condenação por crime por qualquer natureza, de modo especial aqueles que impedem o exercício de atividade mercantil.

CLÁSULA VIGÉSIMA TERCEIRA. Delibera-se por **não constituir Conselho Fiscal.**

CLÁSULA VIGÉSIMA QUARTA. Declara o administrador que não está impedido por Lei especial de exercer a administração da Sociedade, nem condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁSULA VIGÉSIMA QUINTA. Este contrato social rege-se pelas disposições relativas às “Sociedades Limitadas” do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2.002, artigos 1.052 a 1.087_ e, subsidiariamente, no que for aplicável pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 e suas posteriores alterações.

Parágrafo único. As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba – Paraná, para dirimir quaisquer litígios entre as partes que venham a ocorrer em decorrência do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

RK PORT INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

REIS 4 ALL BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

ALINE DE OLIVEIRA ELIAS

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS

RUIMAR BARBOZA DOS REIS



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SOLLICITA NEGOCIOS PUBLICOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06466852954	ALINE DE OLIVEIRA ELIAS
57446024968	RUDIMAR BARBOSA DOS REIS
81570600953	RUIIMAR BARBOZA DOS REIS



CERTIFICO O REGISTRO EM 02/05/2024 14:24 SOB N° 20242677568.
PROTOCOLO: 242677568 DE 30/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406214720. CNPJ DA SEDE: 06132270000132.
NIRE: 41209726290. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/04/2024.
SOLLICITA NEGOCIOS PUBLICOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br